

3882
v

Licitação - CIOP

De: João Alex - Cir. Nossa Senhora <joao.cirnossasenhora@hotmail.com>
Enviado em: terça-feira, 22 de junho de 2021 23:35
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: PEDIDO REVISÃO DE PREÇOS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP - CNS
Anexos: PRESIDENTE PRUDENTE - SP.zip

Bom dia, Srs., tudo bem?

Segue requerimento de revisão de preços, referente ao contrato de Pregão(ões) informado no anexo, assinado digitalmente por nosso Representante Legal.

Anexo ainda, NFe para tal comprovação.

Favor confirmar recebimento!

Caso tenha que enviar a outro e-mail, favor me informar.

Desde já agradeço a atenção e compreensão de todos.

Att,

*Cirurgica
Nossa Senhora*

João Alex
Analista de licitação

📞 Faturamento: (43) 3152-5250

📞 Licitação: (43) 3252-9947

📞 Financeiro: (43) 3275-3105

3883
✓

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

EXMO.(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCURADORIA JURÍDICA

PREGÃO 22/2020-P.E

PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS
Art. 17 do Decreto nº. 7.892/2013

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Pavão, 540, Jd. Bandeirantes, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.586.988/0001-80, vem, respeitosamente à honrosa presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 65, *d*, da Lei 8.666/93 e 17 do Decreto nº. 7.892/2013, para requerer a revisão/recomposição de preços apresentados em proposta vencedora, diante do aumento do custo, pelas razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. DOS FATOS:

1.1. Vale ressaltar que esta é uma empresa atuante há muito tempo no mercado de Fornecimento de Produtos Hospitalares, reconhecidamente cumpridora de suas obrigações legais e sociais, especialmente quanto ao fiel cumprimento dos contratos firmados com a administração pública de diversos Municípios brasileiros.

No início do corrente ano, esta Empresa apresentou proposta em devido procedimento licitatório na **modalidade** Pregão nº. **22/2020-P.E**, e sagrou-se parcialmente vencedora do certame, por apresentar a de menor preço.

A partir disto, o fornecimento vem sendo fielmente cumprido, sempre quando solicitada a entrega dos produtos licitados.

Muito embora a obrigação venha sendo cumprida em sua totalidade, com a devida entrega dos produtos solicitados/empenhados, faz-se necessário pontuar o **aumento de preço EXTRAORDINÁRIO E IMPREVISÍVEL de aumento de custo sendo que o aumento se comprova pelas notas fiscais anexas, uma datada da época da proposta, e outra atual, demonstrando a evolução do preço, bastando**

comparar o valor unitário constantes das duas notas para chegar-se ao percentual indicado.

Este pedido, como se verá, tem o propósito de recompor o preço da proposta registrada no mesmo percentual de aumento do valor de mercado (fabricante), a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença.

2. DAS RAZÕES - AUMENTO DE PREÇO DO ITEM - NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Primeiramente, não obstante a previsão constante da cláusula do Edital, dando conta de que os valores não sofrerão reajuste, vale dizer que o pedido que aqui se faz não é de reajuste, **mas de revisão do preço, em que há grande diferença técnica, pois é plenamente admitida a revisão como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando demonstrado o aumento do preço, o que inclusive é admitido pelo edital.**

Sobre o assunto, leciona Marçal Justen Filho:

'A recomposição é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independentemente de averiguação efetiva do desequilíbrio'¹.

No mesmo sentido, o Procurador Federal Vilberto da Cunha Peixoto Junior, trazendo a revisão como uma das formas de recomposição, leciona:

"O instituto da revisão é cabível nos casos em que a modificação decorre de modificação excepcional nos preços, desvinculada da inflação. Envolve a mudança das obrigações impostas ao contratado, independentemente de circunstâncias meramente inflacionárias. Ocorre quando a execução do contrato se submete à extraordinária e inesperada alteração de custos, não apurada nos índices ordinários de variação de preços, ou quando as obrigações previstas em contrato são aumentadas ou passam a ser mais onerosas. O cerne da questão não é a obrigatoriedade ou não de sua utilização, mas a constatação de que, cotejando-se os preços dos encargos contratuais com os de mercado, se estes se mostrarem demasiado superiores,

¹ Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 10ª edição, 2004, p. 389.

3885
✓

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

motiva-se a necessidade de se proceder à revisão do contrato administrativo. À luz da cláusula rebus sic stantibus, comum a todas as avenças, restou consagrada a possibilidade de revisão dos contratos administrativos”.

Portanto, embora seja vedado o reajuste de preços, o que se pretende aqui é a revisão, ante ao aumento excepcional do preço, sendo que o conceito de revisão não se confunde com o de reajuste. Aliás, é evidente que sequer seria admissível constar do contrato administrativo a impossibilidade de revisão das cláusulas e dos preços, pois se trata de um direito legalmente assegurado.

Deveras, por fatores alheios a esta Empresa e imprevisíveis, decorrentes do aumento do valor do produto no mercado, tornou-se excessivamente onerosa a obrigação de seu fornecimento pelo valor da proposta.

Neste sentido, o Ilustre Doutrinador Marçal Justem Filho frisa que é plenamente possível admitir-se a revisão de preços em decorrência do cenário econômico de crise, como o que nos encontramos neste momento, por esclarecer:

“(…) o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá decorrer de outros fatos, totalmente alheios à Administração. Assim, a crise econômica poderá produzir uma extraordinária elevação de preço de determinados insumos. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 749)”.

Consoante se denota, o Contrato fora firmado no início do ano, cuja manutenção de alguns preços como previstos na proposta vencedora redundava em grande prejuízo a este fornecedor que, como demonstrará, faz jus à revisão, a fim de recompor-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Deveras, por fatores alheios a esta Empresa e imprevisíveis, decorrentes do aumento do valor do produto no mercado, tornou-se excessivamente onerosa a obrigação de seu fornecimento pelo valor da proposta.

É de conhecimento geral de quem milita na área de saúde de que medicamentos tem prazos de validade muito curtos, impedindo-se a estocagem por grande período de tempo, sob pena de perecimento do produto, de modo que não é recomendável que a Empresa tenha grande quantidade de produtos armazenados, até porque a Administração pode ou não realizar os pedidos, e caso não realize, os produtos seriam perdidos pelo decurso da validade.

Em casos de desequilíbrio econômico-financeiro da pactuação originária, a legislação de regência, especialmente capitaneada pela Lei 8.666/93 prevê a possibilidade de realizar-se revisão para o fim de recompor o preço à realidade do

3886
✓

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

mercado, eis que é certo que as Empresas fornecedoras não podem ser penalizadas pelo aumento excessivo dos preços.

Atento a isto, tem-se a teoria da imprevisão, aplicáveis aos contratos administrativos, que o doutrinador e Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior assim conceitua:

"A teoria da imprevisão é todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, que causa um excessivo desequilíbrio, tornando a execução do contrato demasiadamente onerosa para o contratado².

Referida teoria é plenamente aplicável ao presente caso, de modo que se tornou onerosamente excessivo o cumprimento da obrigação, neste momento, haja vista o aumento exacerbado do produto no mercado, repisando-se que esta Contratada não tem qualquer culpa por isto.

Em razão disto, a revisão/recomposição é autorizada pela própria lei nestes casos, conforme art. 65, d, da Lei 8.666/93, que prevê:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Outrossim, neste aspecto, mudando o que se deve para a devida interpretação e por aplicação analógica (pois não foi adotado o registro de preços), tem-se a disposição do Decreto 7.892/2013 que regula o Registro de Preços da Licitação, que prevê em seus arts. 17 e 19, respectivamente (o que há de mais novo em termos de legislação a respeito de licitação):

ART. 17. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO QUE ELEVE O CUSTO DOS SERVIÇOS OU BENS REGISTRADOS, CABENDO AO ÓRGÃO GERENCIADOR PROMOVER AS NEGOCIAÇÕES JUNTO AOS

² In Curso de direito administrativo. ed. 10. Salvador: Editora Juspodivm, 2011, p. 492

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

FORNECEDORES, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO CAPUT DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Deste modo, é evidente no caso em apreço que houve o comprovado e imprevisto aumento de custo dos produtos, ao passo que caso haja a revisão, com a devida manutenção do equilíbrio econômico financeiro, se compromete a manter a entrega dos itens.

Não é só. Some-se o fato de que somente no primeiro semestre deste ano de 2020, o aumento do dólar chegou a patamares reais de até 40% (de R\$4,00 em dezembro para R\$5,90 em maio) (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/13/dolar-alto-e-inflacao-quieta-e-novo-normal-por-enquanto-dizem-economistas.htm>), sendo consabido que basicamente 90% dos insumos da indústria farmacêutica advém do exterior, de modo que a alta imprevista e inimaginável do dólar neste patamar redundou, por consequência, num aumento absurdo do custo destes produtos (inclusive frete etc.). Daí porque, mais uma vez, a necessidade de readequar o equilíbrio econômico financeiro.

Além disto, a pandemia mundial decorrente da COVID-19 gerou aumento no valor dos insumos também, considerando a paralização da produção, fechamento de fronteiras etc., por considerável período.

Respeitável julgador, esta Empresa não faz parte do rol de grandiosas distribuidoras, ao passo que adquire produtos de acordo com a necessidade de entrega, inclusive por serem perecíveis e não poderem ficar armazenados, não sendo possível ter diversas notas. Há demonstração cabal do aumento dos preços, especialmente em razão dos fundamentos aqui lançados.

Assim, os itens listados na tabela abaixo sofreram aumento de custo, de modo que merecem revisão. Repare-se que este pedido se limita a recompor o preço apenas no percentual do aumento do custo (diferença percentual entre custo anterior e custo atual, aplicado sobre o preço registrado), sem incluir

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

qualquer valor a mais. Ora, se o preço do fabricante subiu, o preço registrado merece a mesma revisão, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.

Para melhor compreensão, junta-se a tabela abaixo, em que consta o preço anterior, o aumento percentual no período compreendido entre a data da proposta e a data recente, chegando-se ao preço atual do item:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR LICITADO (R\$)	AUMENTO SOFRIDO (%)	VALOR RECOMPOSTO (R\$)
5	AGULHA DESC. 13X4,5 C/ 100	SR	R\$ 6,6	12,41 %	R\$ 7,4189

A entrega dos produtos abaixo do preço atual onerará sobremaneira esta Empresa, que acaso tiver que entregar os produtos sem a devida revisão do preço, experimentará enorme prejuízo.

Acaso não seja este o entendimento deste órgão, requer a liberação desta Empresa da obrigação de entregar referidos itens (cancelamento), sem qualquer sanção, nos exatos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013 (acima citado), diante do comprovado e indiscutível aumento de preço verificado.

Logo, o pedido revisão ou a liberação do fornecedor da entrega dos itens em que houve o aumento do preço é um direito desta Empresa, nos termos do Decreto 7.892/2013.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS.

Ante a todo o exposto, com base nas disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias indicadas neste requerimento administrativo, a CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI requer:

1. A revisão do preço dos itens constantes da tabela acima, passando-se ao justo valor atual de indicado no campo "valor recomposto", nos termos do art. 65, "d", da Lei de Licitações e art. 17 do Decreto 7.892/2013;

2. Alternativamente, caso seja indeferido o pedido anterior, que seja liberada da obrigação de entregar o item indicado ("cancelamento do item"), sem qualquer ônus ou sanção, nos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013;

3. Ressalte-se, por fim, que o presente requerimento não implica em qualquer descumprimento de obrigação e/ou recusa de fornecimento de qualquer item ou produto registrado já requisitado (empenhado etc.), ao passo que todos os pedidos de fornecimentos realizados até a data deste requerimento foram e serão entregues. Além disto, refere-se apenas e tão somente ao item específico indicado.

3889
V

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

Acaso o presente pedido não seja acatado, requer seja notificada formalmente da decisão, a fim de tomar as medidas pertinentes a respeito do tema.

Termos em que, com os i. documentos, j. aos autos, p. r.
DEFERIMENTO.

De Arapongas-PR, para
PRESIDENTE PRUDENTE - SP, em 09 de Junho de 2021.

RENAN DIEGO

RODRIGUES

SALLA:05514607925

Assinado de forma digital por

RENAN DIEGO RODRIGUES

SALLA:05514607925

Dados: 2021.06.15 10:12:49

-03'00'

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI.

Renan Diego Rodrigues Salla

Representante Legal

24.586.988/0001 - 80

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA
EIRELI

Rua Pavão N°. 540

86.703-250 - ARAPONGAS - PR.

(43) 3252-9947

cirrossasenhora@hotmail.com

Rua Pavão, 540 - Jd. Bandeirantes - CEP 86703-250
Arapongas - PR

CNPJ 24.586.988/0001-80 I.E. 907652900

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

EXMO.(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCURADORIA JURÍDICA

PREGÃO 22/2020-P.E

PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS
Art. 17 do Decreto nº. 7.892/2013

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Pavão, 540, Jd. Bandeirantes, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.586.988/0001-80, vem, respeitosamente à honrosa presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 65, d, da Lei 8.666/93 e 17 do Decreto nº. 7.892/2013, para requerer a revisão/recomposição de preços apresentados em proposta vencedora, diante do aumento do custo, pelas razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. DOS FATOS:

1.1. Vale ressaltar que esta é uma empresa atuante há muito tempo no mercado de Fornecimento de Produtos Hospitalares, reconhecidamente cumpridora de suas obrigações legais e sociais, especialmente quanto ao fiel cumprimento dos contratos firmados com a administração pública de diversos Municípios brasileiros.

No início do corrente ano, esta Empresa apresentou proposta em devido procedimento licitatório na **modalidade** Pregão nº. **22/2020-P.E**, e sagrou-se parcialmente vencedora do certame, por apresentar a de menor preço.

A partir disto, o fornecimento vem sendo fielmente cumprido, sempre quando solicitada a entrega dos produtos licitados.

Muito embora a obrigação venha sendo cumprida em sua totalidade, com a devida entrega dos produtos solicitados/empenhados, faz-se necessário pontuar o **aumento de preço EXTRAORDINÁRIO E IMPREVISÍVEL de aumento de custo sendo que o aumento se comprova pelas notas fiscais anexas, uma datada da época da proposta, e outra atual, demonstrando a evolução do preço, bastando**

comparar o valor unitário constantes das duas notas para chegar-se ao percentual indicado.

Este pedido, como se verá, tem o propósito de recompor o preço da proposta registrada no mesmo percentual de aumento do valor de mercado (fabricante), a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença.

2. DAS RAZÕES - AUMENTO DE PREÇO DO ITEM - NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Primeiramente, não obstante a previsão constante da **cláusula** do Edital, dando conta de que os valores não sofrerão reajuste, vale dizer que o pedido que aqui se faz não é de reajuste, **mas de revisão do preço, em que há grande diferença técnica, pois é plenamente admitida a revisão como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando demonstrado o aumento do preço, o que inclusive é admitido pelo edital.**

Sobre o assunto, leciona Marçal Justen Filho:

'A recomposição é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independentemente de averiguação efetiva do desequilíbrio'¹.

No mesmo sentido, o Procurador Federal Vilberto da Cunha Peixoto Junior, trazendo a revisão como uma das formas de recomposição, leciona:

"O instituto da revisão é cabível nos casos em que a modificação decorre de modificação excepcional nos preços, desvinculada da inflação. Envolve a mudança das obrigações impostas ao contratado, independentemente de circunstâncias meramente inflacionárias. Ocorre quando a execução do contrato se submete à extraordinária e inesperada alteração de custos, não apurada nos índices ordinários de variação de preços, ou quando as obrigações previstas em contrato são aumentadas ou passam a ser mais onerosas. O cerne da questão não é a obrigatoriedade ou não de sua utilização, mas a constatação de que, cotejando-se os preços dos encargos contratuais com os de mercado, se estes se mostrarem demasiado superiores,

¹ Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 10ª edição, 2004, p. 389.

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

motiva-se a necessidade de se proceder à revisão do contrato administrativo. À luz da cláusula rebus sic stantibus, comum a todas as avenças, restou consagrada a possibilidade de revisão dos contratos administrativos”.

Portanto, embora seja vedado o reajuste de preços, o que se pretende aqui é a revisão, ante ao aumento excepcional do preço, sendo que o conceito de revisão não se confunde com o de reajuste. Aliás, é evidente que sequer seria admissível constar do contrato administrativo a impossibilidade de revisão das cláusulas e dos preços, pois se trata de um direito legalmente assegurado.

Deveras, por fatores alheios a esta Empresa e imprevisíveis, decorrentes do aumento do valor do produto no mercado, tornou-se excessivamente onerosa a obrigação de seu fornecimento pelo valor da proposta.

Neste sentido, o Ilustre Doutrinador Marçal Justem Filho frisa que é plenamente possível admitir-se a revisão de preços em decorrência do cenário econômico de crise, como o que nos encontramos neste momento, por esclarecer:

“(…) o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá decorrer de outros fatos, totalmente alheios à Administração. Assim, a crise econômica poderá produzir uma extraordinária elevação de preço de determinados insumos. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 749)”.

Consoante se denota, o Contrato fora firmado no início do ano, cuja manutenção de alguns preços como previstos na proposta vencedora redundava em grande prejuízo a este fornecedor que, como demonstrará, faz jus à revisão, a fim de recompor-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Deveras, por fatores alheios a esta Empresa e imprevisíveis, decorrentes do aumento do valor do produto no mercado, tornou-se excessivamente onerosa a obrigação de seu fornecimento pelo valor da proposta.

É de conhecimento geral de quem milita na área de saúde de que medicamentos tem prazos de validade muito curtos, impedindo-se a estocagem por grande período de tempo, sob pena de perecimento do produto, de modo que não é recomendável que a Empresa tenha grande quantidade de produtos armazenados, até porque a Administração pode ou não realizar os pedidos, e caso não realize, os produtos seriam perdidos pelo decurso da validade.

Em casos de desequilíbrio econômico-financeiro da pactuação originária, a legislação de regência, especialmente capitaneada pela Lei 8.666/93 prevê a possibilidade de realizar-se revisão para o fim de recompor o preço à realidade do

3893
V

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

mercado, eis que é certo que as Empresas fornecedoras não podem ser penalizadas pelo aumento excessivo dos preços.

Atento a isto, tem-se a teoria da imprevisão, aplicáveis aos contratos administrativos, que o doutrinador e Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior assim conceitua:

"A teoria da imprevisão é todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, que causa um excessivo desequilíbrio, tornando a execução do contrato demasiadamente onerosa para o contratado².

Referida teoria é plenamente aplicável ao presente caso, de modo que se tornou onerosamente excessivo o cumprimento da obrigação, neste momento, haja vista o aumento exacerbado do produto no mercado, repisando-se que esta Contratada não tem qualquer culpa por isto.

Em razão disto, a revisão/recomposição é autorizada pela própria lei nestes casos, conforme art. 65, d, da Lei 8.666/93, que prevê:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Outrossim, neste aspecto, mudando o que se deve para a devida interpretação e por aplicação analógica (pois não foi adotado o registro de preços), tem-se a disposição do Decreto 7.892/2013 que regula o Registro de Preços da Licitação, que prevê em seus arts. 17 e 19, respectivamente (o que há de mais novo em termos de legislação a respeito de licitação):

ART. 17. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO QUE ELEVE O CUSTO DOS SERVIÇOS OU BENS REGISTRADOS, CABENDO AO ÓRGÃO GERENCIADOR PROMOVER AS NEGOCIAÇÕES JUNTO AOS

² In Curso de direito administrativo. ed. 10. Salvador: Editora Juspodivm, 2011, p. 492

3894
V

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

FORNECEDORES, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO CAPUT DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Deste modo, é evidente no caso em apreço que houve o comprovado e imprevisto aumento de custo dos produtos, ao passo que caso haja a revisão, com a devida manutenção do equilíbrio econômico financeiro, se compromete a manter a entrega dos itens.

Não é só. Some-se o fato de que somente no primeiro semestre deste ano de 2020, o aumento do dólar chegou a patamares reais de até 40% (de R\$4,00 em dezembro para R\$5,90 em maio) (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/13/dolar-alto-e-inflacao-quieta-e-novo-normal-por-enquanto-dizem-economistas.htm>), sendo consabido que basicamente 90% dos insumos da indústria farmacêutica advém do exterior, de modo que a alta imprevista e inimaginável do dólar neste patamar redundou, por consequência, num aumento absurdo do custo destes produtos (inclusive frete etc.). Daí porque, mais uma vez, a necessidade de readequar o equilíbrio econômico financeiro.

Além disto, a pandemia mundial decorrente da COVID-19 gerou aumento no valor dos insumos também, considerando a paralização da produção, fechamento de fronteiras etc., por considerável período.

Respeitável julgador, esta Empresa não faz parte do rol de grandiosas distribuidoras, ao passo que adquire produtos de acordo com a necessidade de entrega, inclusive por serem perecíveis e não poderem ficar armazenados, não sendo possível ter diversas notas. Há demonstração cabal do aumento dos preços, especialmente em razão dos fundamentos aqui lançados.

Assim, os itens listados na tabela abaixo sofreram aumento de custo, de modo que merecem revisão. **Repare-se que este pedido se limita a recompor o preço apenas no percentual do aumento do custo (diferença percentual entre custo anterior e custo atual, aplicado sobre o preço registrado), sem incluir**

3895
V

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

qualquer valor a mais. Ora, se o preço do fabricante subiu, o preço registrado merece a mesma revisão, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.

Para melhor compreensão, junta-se a tabela abaixo, em que consta o preço anterior, o aumento percentual no período compreendido entre a data da proposta e a data recente, chegando-se ao preço atual do item:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR LICITADO (R\$)	AUMENTO SOFRIDO (%)	VALOR RECOMPOSTO (R\$)
12	AGULHA DESC. 25X8 C/ 100	SR	R\$ 6,6	12,41 %	R\$ 7,4189

A entrega dos produtos abaixo do preço atual onerará sobremaneira esta Empresa, que acaso tiver que entregar os produtos sem a devida revisão do preço, experimentará enorme prejuízo.

Acaso não seja este o entendimento deste órgão, requer a liberação desta Empresa da obrigação de entregar referidos itens (cancelamento), sem qualquer sanção, nos exatos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013 (acima citado), diante do comprovado e indiscutível aumento de preço verificado.

Logo, o pedido revisão ou a liberação do fornecedor da entrega dos itens em que houve o aumento do preço é um direito desta Empresa, nos termos do Decreto 7.892/2013.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS.

Ante a todo o exposto, com base nas disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias indicadas neste requerimento administrativo, a **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI** requer:

1. A revisão do preço dos itens constantes da tabela acima, passando-se ao justo valor atual de indicado no campo "valor recomposto", nos termos do art. 65, "d", da Lei de Licitações e art. 17 do Decreto 7.892/2013;

2. Alternativamente, caso seja indeferido o pedido anterior, que seja liberada da obrigação de entregar o item indicado ("cancelamento do item"), sem qualquer ônus ou sanção, nos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013;

3. Ressalte-se, por fim, que o presente requerimento não implica em qualquer descumprimento de obrigação e/ou recusa de fornecimento de qualquer item ou produto registrado já requisitado (empenhado etc.), ao passo que todos os pedidos de fornecimentos realizados até a data deste requerimento foram e serão entregues. Além disto, refere-se apenas e tão somente ao item específico indicado.

3896
V

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

Acaso o presente pedido não seja acatado, requer seja notificada formalmente da decisão, a fim de tomar as medidas pertinentes a respeito do tema.

Termos em que, com os i. documentos, j. aos autos, p. r.
DEFERIMENTO.

De Arapongas-PR, para
PRESIDENTE PRUDENTE - SP, em 09 de Junho de 2021.

RENAN DIEGO
RODRIGUES

SALLA:05514607925

Assinado de forma digital por
RENAN DIEGO RODRIGUES
SALLA:05514607925
Dados: 2021.06.15 10:13:05
+03'00'

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI.

Renan Diego Rodrigues Salla
Representante Legal

24.586.988/0001 - 80

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA
EIRELI

Rua Pavão N°. 540

86.703-250 - ARAPONGAS - PR.

(43) 3252-9947

cirnossasenhora@hotmail.com

Rua Pavão, 540 - Jd. Bandeirantes - CEP 86703-250
Arapongas - PR

CNPJ 24.586.988/0001-80 I.E. 907652900

3897
✓

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

EXMO.(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCURADORIA JURÍDICA

PREGÃO 22/2020-P.E

PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS
Art. 17 do Decreto nº. 7.892/2013

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Pavão, 540, Jd. Bandeirantes, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.586.988/0001-80, vem, respeitosamente à honrosa presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 65, d, da Lei 8.666/93 e 17 do Decreto nº. 7.892/2013, para requerer a revisão/recomposição de preços apresentados em proposta vencedora, diante do aumento do custo, pelas razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. DOS FATOS:

1.1. Vale ressaltar que esta é uma empresa atuante há muito tempo no mercado de Fornecimento de Produtos Hospitalares, reconhecidamente cumpridora de suas obrigações legais e sociais, especialmente quanto ao fiel cumprimento dos contratos firmados com a administração pública de diversos Municípios brasileiros.

No início do corrente ano, esta Empresa apresentou proposta em devido procedimento licitatório na modalidade Pregão nº. 22/2020-P.E, e sagrou-se parcialmente vencedora do certame, por apresentar a de menor preço.

A partir disto, o fornecimento vem sendo fielmente cumprido, sempre quando solicitada a entrega dos produtos licitados.

Muito embora a obrigação venha sendo cumprida em sua totalidade, com a devida entrega dos produtos solicitados/empenhados, faz-se necessário pontuar o aumento de preço EXTRAORDINÁRIO E IMPREVISÍVEL de aumento de custo sendo que o aumento se comprova pelas notas fiscais anexas, uma datada da época da proposta, e outra atual, demonstrando a evolução do preço, bastando

comparar o valor unitário constantes das duas notas para chegar-se ao percentual indicado.

Este pedido, como se verá, tem o propósito de recompor o preço da proposta registrada no mesmo percentual de aumento do valor de mercado (fabricante), a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença.

2. DAS RAZÕES - AUMENTO DE PREÇO DO ITEM - NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Primeiramente, não obstante a previsão constante da cláusula do Edital, dando conta de que os valores não sofrerão reajuste, vale dizer que o pedido que aqui se faz não é de reajuste, **mas de revisão do preço, em que há grande diferença técnica, pois é plenamente admitida a revisão como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando demonstrado o aumento do preço, o que inclusive é admitido pelo edital.**

Sobre o assunto, leciona Marçal Justen Filho:

'A recomposição é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independentemente de averiguação efetiva do desequilíbrio'¹.

No mesmo sentido, o Procurador Federal Vilberto da Cunha Peixoto Junior, trazendo a revisão como uma das formas de recomposição, leciona:

"O instituto da revisão é cabível nos casos em que a modificação decorre de modificação excepcional nos preços, desvinculada da inflação. Envolve a mudança das obrigações impostas ao contratado, independentemente de circunstâncias meramente inflacionárias. Ocorre quando a execução do contrato se submete à extraordinária e inesperada alteração de custos, não apurada nos índices ordinários de variação de preços, ou quando as obrigações previstas em contrato são aumentadas ou passam a ser mais onerosas. O cerne da questão não é a obrigatoriedade ou não de sua utilização, mas a constatação de que, cotejando-se os preços dos encargos contratuais com os de mercado, se estes se mostrarem demasiado superiores,

¹ Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 10ª edição, 2004, p. 389.

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

motiva-se a necessidade de se proceder à revisão do contrato administrativo. À luz da cláusula rebus sic stantibus, comum a todas as avenças, restou consagrada a possibilidade de revisão dos contratos administrativos".

Portanto, embora seja vedado o reajuste de preços, o que se pretende aqui é a revisão, ante ao aumento excepcional do preço, sendo que o conceito de revisão não se confunde com o de reajuste. Aliás, é evidente que sequer seria admissível constar do contrato administrativo a impossibilidade de revisão das cláusulas e dos preços, pois se trata de um direito legalmente assegurado.

Deveras, por fatores alheios a esta Empresa e imprevisíveis, decorrentes do aumento do valor do produto no mercado, tornou-se excessivamente onerosa a obrigação de seu fornecimento pelo valor da proposta.

Neste sentido, o Ilustre Doutrinador Marçal Justem Filho frisa que é plenamente possível admitir-se a revisão de preços em decorrência do cenário econômico de crise, como o que nos encontramos neste momento, por esclarecer:

"(...) o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá decorrer de outros fatos, totalmente alheios à Administração. Assim, a crise econômica poderá produzir uma extraordinária elevação de preço de determinados insumos. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 749)".

Consoante se denota, o Contrato fora firmado no início do ano, cuja manutenção de alguns preços como previstos na proposta vencedora redunde em grande prejuízo a este fornecedor que, como demonstrará, faz jus à revisão, a fim de recompor-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Deveras, por fatores alheios a esta Empresa e imprevisíveis, decorrentes do aumento do valor do produto no mercado, tornou-se excessivamente onerosa a obrigação de seu fornecimento pelo valor da proposta.

É de conhecimento geral de quem milita na área de saúde de que medicamentos tem prazos de validade muito curtos, impedindo-se a estocagem por grande período de tempo, sob pena de perecimento do produto, de modo que não é recomendável que a Empresa tenha grande quantidade de produtos armazenados, até porque a Administração pode ou não realizar os pedidos, e caso não realize, os produtos seriam perdidos pelo decurso da validade.

Em casos de desequilíbrio econômico-financeiro da pactuação originária, a legislação de regência, especialmente capitaneada pela Lei 8.666/93 prevê a possibilidade de realizar-se revisão para o fim de recompor o preço à realidade do

3900
2

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

mercado, eis que é certo que as Empresas fornecedoras não podem ser penalizadas pelo aumento excessivo dos preços.

Atento a isto, tem-se a teoria da imprevisão, aplicáveis aos contratos administrativos, que o doutrinador e Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior assim conceitua:

"A teoria da imprevisão é todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, que causa um excessivo desequilíbrio, tornando a execução do contrato demasiadamente onerosa para o contratado².

Referida teoria é plenamente aplicável ao presente caso, de modo que se tornou onerosamente excessivo o cumprimento da obrigação, neste momento, haja vista o aumento exacerbado do produto no mercado, repisando-se que esta Contratada não tem qualquer culpa por isto.

Em razão disto, a revisão/recomposição é autorizada pela própria lei nestes casos, conforme art. 65, d, da Lei 8.666/93, que prevê:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Outrossim, neste aspecto, mudando o que se deve para a devida interpretação e por aplicação analógica (pois não foi adotado o registro de preços), tem-se a disposição do Decreto 7.892/2013 que regula o Registro de Preços da Licitação, que prevê em seus arts. 17 e 19, respectivamente (o que há de mais novo em termos de legislação a respeito de licitação):

ART. 17. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO QUE ELEVE O CUSTO DOS SERVIÇOS OU BENS REGISTRADOS, CABENDO AO ÓRGÃO GERENCIADOR PROMOVER AS NEGOCIAÇÕES JUNTO AOS

² In Curso de direito administrativo. ed. 10. Salvador: Editora Juspodivm, 2011, p. 492

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

3901
✓

FORNECEDORES, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO CAPUT DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Deste modo, é evidente no caso em apreço que houve o comprovado e imprevisto aumento de custo dos produtos, ao passo que caso haja a revisão, com a devida manutenção do equilíbrio econômico financeiro, se compromete a manter a entrega dos itens.

Não é só. Some-se o fato de que somente no primeiro semestre deste ano de 2020, o aumento do dólar chegou a patamares reais de até 40% (de R\$4,00 em dezembro para R\$5,90 em maio) (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/13/dolar-alto-e-inflacao-quieta-e-novo-normal-por-enquanto-dizem-economistas.htm>), sendo consabido que basicamente 90% dos insumos da indústria farmacêutica advém do exterior, de modo que a alta imprevista e inimaginável do dólar neste patamar redundou, por consequência, num aumento absurdo do custo destes produtos (inclusive frete etc.). Daí porque, mais uma vez, a necessidade de readequar o equilíbrio econômico financeiro.

Além disto, a pandemia mundial decorrente da COVID-19 gerou aumento no valor dos insumos também, considerando a paralização da produção, fechamento de fronteiras etc., por considerável período.

Respeitável julgador, esta Empresa não faz parte do rol de grandiosas distribuidoras, ao passo que adquire produtos de acordo com a necessidade de entrega, inclusive por serem perecíveis e não poderem ficar armazenados, não sendo possível ter diversas notas. Há demonstração cabal do aumento dos preços, especialmente em razão dos fundamentos aqui lançados.

Assim, os itens listados na tabela abaixo sofreram aumento de custo, de modo que merecem revisão. Repare-se que este pedido se limita a recompor o preço apenas no percentual do aumento do custo (diferença percentual entre custo anterior e custo atual, aplicado sobre o preço registrado), sem incluir

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

qualquer valor a mais. Ora, se o preço do fabricante subiu, o preço registrado merece a mesma revisão, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.

Para melhor compreensão, junta-se a tabela abaixo, em que consta o preço anterior, o aumento percentual no período compreendido entre a data da proposta e a data recente, chegando-se ao preço atual do item:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR LICITADO (R\$)	AUMENTO SOFRIDO (%)	VALOR RECOMPOSTO (R\$)
13	AGULHA DESC. 30X7 C/ 100	SR	R\$ 6,6	21,42 %	R\$ 8,0136

A entrega dos produtos abaixo do preço atual onerará sobremaneira esta Empresa, que acaso tiver que entregar os produtos sem a devida revisão do preço, experimentará enorme prejuízo.

Acaso não seja este o entendimento deste órgão, requer a liberação desta Empresa da obrigação de entregar referidos itens (cancelamento), sem qualquer sanção, nos exatos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013 (acima citado), diante do comprovado e indiscutível aumento de preço verificado.

Logo, o pedido revisão ou a liberação do fornecedor da entrega dos itens em que houve o aumento do preço é um direito desta Empresa, nos termos do Decreto 7.892/2013.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS.

Ante a todo o exposto, com base nas disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias indicadas neste requerimento administrativo, a **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI** requer:

1. A revisão do preço dos itens constantes da tabela acima, passando-se ao justo valor atual de indicado no campo "valor recomposto", nos termos do art. 65, "d", da Lei de Licitações e art. 17 do Decreto 7.892/2013;

2. Alternativamente, caso seja indeferido o pedido anterior, que seja liberada da obrigação de entregar o item indicado ("cancelamento do item"), sem qualquer ônus ou sanção, nos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013;

3. Ressalte-se, por fim, que o presente requerimento não implica em qualquer descumprimento de obrigação e/ou recusa de fornecimento de qualquer item ou produto registrado já requisitado (empenhado etc.), ao passo que todos os pedidos de fornecimentos realizados até a data deste requerimento foram e serão entregues. Além disto, refere-se apenas e tão somente ao item específico indicado.

3903
✓

CIRÚRGICA

NOSSA SENHORA - EIRELI

Acaso o presente pedido não seja acatado, requer seja notificada formalmente da decisão, a fim de tomar as medidas pertinentes a respeito do tema.

Termos em que, com os i. documentos, j. aos autos, p. r.
DEFERIMENTO.

De Arapongas-PR, para
PRESIDENTE PRUDENTE - SP, em 09 de Junho de 2021.

RENAN DIEGO
RODRIGUES

SALLA:05514607925

Assinado de forma digital por
RENAN DIEGO RODRIGUES
SALLA:05514607925
Dados: 2021.06.15 10:13:59
+03'00'

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI.

Renan Diego Rodrigues Salla
Representante Legal

24.586.988/0001 - 80

CIRÚRGICA NOSSA SENHORA
EIRELI

Rua Pavão N°. 540

86.703-250 - ARAPONGAS - PR.

(43) 3252-9947

cirnossasenhora@hotmail.com

Rua Pavão. 540 - Jd. Bandeirantes - CEP 86703-250
Arapongas - PR

CNPJ 24.586.988/0001-80 I.E. 907652900

RECEBEMOS DE SALDANHA RODRIGUES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA
ABAIXO. EMISSÃO: 06/03/2021 VALOR TOTAL: R\$ 128.776,45 DESTINATÁRIO: CIRURGICA NOSSA SENHORA - RUA PAVAO, 540 JD BANDEIRANTE
ARAPONGAS-PR

NF-e

Nº. 000.004.806
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SALDANHA RODRIGUES LTDA

ROD BR 463 KM 105,6, 00
ZONA RURAL - 79900-000
PONTA PORA - MS Fone/Fax:

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.004.806
Série 001
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

5021 0303 4264 8400 0204 5500 1000 0048 0613 5788 8573

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150210007312337 - 06/03/2021 14:21:20

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CIRURGICA NOSSA SENHORA

CNPJ / CPF

24.586.988/0001-80

DATA DA EMISSÃO

06/03/2021

ENDEREÇO

RUA PAVAO, 540

BAIRRO / DISTRITO

JD BANDEIRANTE

CEP

86703-250

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

06/03/2021

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

UF

FONE / FAX

4332529947

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9076542900

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

14:21:17

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	05/04/2021	Venc.	05/05/2021	Venc.	04/06/2021
Valor	R\$ 42.921,19	Valor	R\$ 42.921,19	Valor	R\$ 42.934,07

CÁLCULO DO IMPOSTO

VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
125.971,45	5.038,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.971,45
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,00	0,00	18.799,16	0,00	128.776,45

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

SALDANHA RODRIGUES TRANSPORTES LTDA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

19.010.348/0001-98

ENDEREÇO

RODOVIA BR-463, KM 105,6, S/N, PRIMEIRO ANDAR - B. ZONA RURA

MUNICÍPIO

PONTA PORA

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283942878

QUANTIDADE

ESPECIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

1585 CAIXA SR 4.689,000 3.916,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1107/0.00; 1149/0.00;	90183119	100	6102	UN	150.000,0000	0,2210	33.150,00	33.150,00	1.326,00		4,00	
03020	SERINGA SR 3mL LUER LOCK Lote/Pecas: 1117/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,1092	2.730,00	2.730,00	109,20		4,00	
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1149/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,2320	5.800,00	5.800,00	232,00		4,00	
10010	SERINGA SR 10mL LUER LOCK Lote/Pecas: 1123/0.00;	90183119	100	6102	UN	100.000,0000	0,2210	22.100,00	22.100,00	884,00		4,00	
20010	SERINGA SR 20mL LUER LOCK Lote/Pecas: 113/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,3380	8.450,00	8.450,00	338,00		4,00	
40003	AGULHA SR 0,45X13 Lote/Pecas: 155/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40004	AGULHA SR 0,55X20 Lote/Pecas: 132/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40005	AGULHA SR 0,6X25 Lote/Pecas: 1112/0.00;	90183219	100	6102	UN	50.000,0000	0,0561	2.805,00	2.805,00	112,20	224,40	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: 149/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40004	AGULHA SR 0,55X20 Lote/Pecas: 132/0.00;	90183219	100	6102	UN	25.000,0000	0,0561	1.402,50	1.402,50	56,10	112,20	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: 149/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40007	AGULHA SR 0,7X30 Lote/Pecas: H931/0.00;	90183219	100	6102	UN	75.000,0000	0,0561	4.207,50	4.207,50	168,30	336,60	4,00	8,00
40009	AGULHA SR 0,8X30 Lote/Pecas: H826/0.00; H910/0.00;	90183219	100	6102	UN	75.000,0000	0,0561	4.207,50	4.207,50	168,30	336,60	4,00	8,00
60000	SERINGA SR 60mL LUER SLIP Lote/Pecas: H981/0.00;	90183119	100	6102	UN	500,0000	1,3919	695,95	695,95	27,84		4,00	
60000	SERINGA SR 60mL LUER SLIP Lote/Pecas: H981/0.00;	90183119	100	6102	UN	500,0000	1,3260	663,00	663,00	26,52		4,00	
20000	SERINGA SR 20mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1126/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,3548	8.870,00	8.870,00	354,80		4,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LOCAL DE ENTREGA: 24586988000180-RUA PICA PAU, 1211 - CENTRO ARAPONGAS - PR

Inf. Contribuinte: MERCADORIA COM ICMS REDUZIDO CONF. RESOLUÇÃO DO SF 13/2012. PLACA CARRETA:

HRV-2G150 - LACRES

325302,325305,325191 Email do Destinatário: cirrossasenhora@hotmail.com,joao.cirrossasenhora@hotmail.com,r

Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 18.799,16

RESERVADO AO FISCO

3905

RECEBEMOS DE SALDANHA RODRIGUES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 11/07/2020 VALOR TOTAL: R\$ 22.397,06 DESTINATÁRIO: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP - RUA PICA PAU, 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

NF-e

Nº. 000.004.016
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SALDANHA RODRIGUES LTDA

ROD BR 463 KM 105,6, 00
ZONA RURAL - 79900-000
PONTA PORA - MS Fone/Fax:

DANFE

Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.004.016
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5020 0703 4264 8400 0204 5500 1000 0040 1617 1563 7788

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150200019980125 - 13/07/2020 16:20:16

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

CNPJ / CPF

01.328.535/0001-59

DATA DA EMISSÃO

11/07/2020

ENDEREÇO

RUA PICA PAU, 1211

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

86700-100

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

UF

FONE / FAX

PR

4332753105

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	10/08/2020	Venc.	25/08/2020	Venc.	09/09/2020
Valor	RS 7.464,94	Valor	RS 7.464,94	Valor	RS 7.467,18

CÁLCULO DO IMPOSTO

VALOR DO ICMS	21.778,30	VALOR DO ICMS	871,13	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	0,00	VALOR DO ICMS SUBST.	0,00	V. IMP. IMPORTAÇÃO	0,00	V. ICMS UF REMET.	0,00	VALOR DO FCF	0,00	VALOR DO PIS	0,00	V. TOTAL PRODUTOS	21.778,30
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00	OUTRAS DESPESAS	0,00	VALOR TOTAL IPI	618,76	V. ICMS UF DEST.	0,00	V. TOT. TRIB.	1.665,59	VALOR DA COFINS	0,00	V. TOTAL DA NOTA	22.397,06

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

SALDANHA RODRIGUES TRANSPORTES LTDA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

19.010.348/0001-98

ENDEREÇO

RODOVIA BR-463, KM 105,6, S/N, PRIMEIRO ANDAR - B. ZONA RURA

MUNICÍPIO

PONTA PORA

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283942878

QUANTIDADE

ESPECIE

CAIXA

MARCA

SR

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

793,000

PESO LÍQUIDO

664,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
40003	AGULHA SR 0,45X13 Lote/Pecas: H420/0,00;	90183219	100	6102	UN	50.000,0000	0,0499	2.495,00	2.495,00	99,80	199,60	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: H479/0,00;	90183219	100	6102	UN	105.000,0000	0,0499	5.239,50	5.239,50	209,58	419,16	4,00	8,00
20000	SERINGA SR 20mL LUER SLIP Lote/Pecas: H458/0,00;	90183119	100	6102	UN	43.000,0000	0,3266	14.043,80	14.043,80	561,75		4,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: MERCADORIA COM ICMS REDUZIDO CONF. RESOLUCAO DO SF 13/2012. PLACA CARRETA: HRV2G50
Email do Destinatário: ruimorroni@hotmail.com, consultormed@consultormed.com.br
Valor Aproximado dos Tributos : R\$ 1.665,59

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE SALDANHA RODRIGUES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 06/03/2021 VALOR TOTAL: R\$ 128.776,45 DESTINATÁRIO: CIRURGICA NOSSA SENHORA - RUA PAVAO, 540 JD BANDEIRANTE ARAPONGAS-PR

3907

NF-e
Nº. 000.004.806
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SALDANHA RODRIGUES LTDA

ROD BR 463 KM 105,6, 00
ZONA RURAL - 79900-000
PONTA PORA - MS Fone/Fax:

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.004.806
Série 001
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

5021 0303 4264 8400 0204 5500 1000 0048 0613 5788 8573

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150210007312337 - 06/03/2021 14:21:20

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CIRURGICA NOSSA SENHORA

ENDEREÇO

RUA PAVAO, 540

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

BAIRRO / DISTRITO

JD BANDEIRANTE

UF

PR

FONE / FAX

4332529947

CEP

86703-250

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9076542900

DATA DA EMISSÃO

06/03/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

06/03/2021

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

14:21:17

FATURA / DUPLICATA

Num. 001	Num. 002	Num. 003
Venc. 05/04/2021	Venc. 05/05/2021	Venc. 04/06/2021
Valor R\$ 42.921,19	Valor R\$ 42.921,19	Valor R\$ 42.934,07

CÁLCULO DO IMPOSTO

VALOR DO ICMS	125.971,45	VALOR DO ICMS	5.038,86	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	0,00	VALOR DO ICMS SUBST.	0,00	V. IMP. IMPORTAÇÃO	0,00	V. ICMS UF REMET.	0,00	VALOR DO FCP	0,00	VALOR DO PIS	0,00	V. TOTAL PRODUTOS	125.971,45
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00	OUTRAS DESPESAS	0,00	VALOR TOTAL IPI	2.805,00	V. ICMS UF DEST.	0,00	V. TOT. TRIB.	18.799,16	VALOR DA COFINS	0,00	V. TOTAL DA NOTA	128.776,45

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

SALDANHA RODRIGUES TRANSPORTES LTDA

ENDEREÇO

RODOVIA BR-463, KM 105,6, S/N, PRIMEIRO ANDAR - B. ZONA RURA

QUANTIDADE

1585

ESPECIE

CAIXA

MARCA

SR

NUMERAÇÃO

PONTA PORA

PLACA DO VEÍCULO

UF

MS

CNPJ / CPF

19.010.348/0001-98

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283942878

PESO BRUTO

4.689,000

PESO LÍQUIDO

3.916,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1107/0,00; 1149/0,00;	90183119	100	6102	UN	150.000,0000	0,2210	33.150,00	33.150,00	1.326,00		4,00	
03020	SERINGA SR 3mL LUER LOCK Lote/Pecas: 1117/0,00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,1092	2.730,00	2.730,00	109,20		4,00	
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1149/0,00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,2320	5.800,00	5.800,00	232,00		4,00	
10010	SERINGA SR 10mL LUER LOCK Lote/Pecas: 1123/0,00;	90183119	100	6102	UN	100.000,0000	0,2210	22.100,00	22.100,00	884,00		4,00	
20010	SERINGA SR 20mL LUER LOCK Lote/Pecas: 113/0,00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,3380	8.450,00	8.450,00	338,00		4,00	
40003	AGULHA SR 0,45X13 Lote/Pecas: 155/0,00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40004	AGULHA SR 0,55X20 Lote/Pecas: 132/0,00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40005	AGULHA SR 0,6X25 Lote/Pecas: 1112/0,00;	90183219	100	6102	UN	50.000,0000	0,0561	2.805,00	2.805,00	112,20	224,40	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: 149/0,00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40004	AGULHA SR 0,55X20 Lote/Pecas: 132/0,00;	90183219	100	6102	UN	25.000,0000	0,0561	1.402,50	1.402,50	56,10	112,20	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: 149/0,00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40007	AGULHA SR 0,7X30 Lote/Pecas: H931/0,00;	90183219	100	6102	UN	75.000,0000	0,0561	4.207,50	4.207,50	168,30	336,60	4,00	8,00
40009	AGULHA SR 0,8X30 Lote/Pecas: H826/0,00; H910/0,00;	90183219	100	6102	UN	75.000,0000	0,0561	4.207,50	4.207,50	168,30	336,60	4,00	8,00
60000	SERINGA SR 60mL LUER SLIP Lote/Pecas: H981/0,00;	90183119	100	6102	UN	500,0000	1,3919	695,95	695,95	27,84		4,00	
60000	SERINGA SR 60mL LUER SLIP Lote/Pecas: H981/0,00;	90183119	100	6102	UN	500,0000	1,3260	663,00	663,00	26,52		4,00	
20000	SERINGA SR 20mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1126/0,00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,3548	8.870,00	8.870,00	354,80		4,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LOCAL DE ENTREGA - 24586988000180-RUA PICA PAU, 1211 - CENTRO ARAPONGAS - PR

RESERVADO AO FISCO

Inf. Contribuinte: MERCADORIA COM ICMS REDUZIDO CONF. RESOLUÇÃO DO SF 13/2012. PLACA CARRETA:
HRV-2G50 - LACRES

325302.325305.325191 Email do Destinatário: cirrossasenha@hotmail.com,joao.cirrossasenhora@hotmail.com,;
Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 18.799,16

3908

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.004.806
Série 001
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

5021 0303 4264 8400 0204 5500 1000 0048 0613 5788 8573

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150210007312337 - 06/03/2021 14:21:20

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

RECEBEMOS DE SALDANHA RODRIGUES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 11/07/2020 VALOR TOTAL: R\$ 22.397,06 DESTINATÁRIO: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP - RUA PICA PAU, 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

3909

NF-e
Nº. 000.004.016
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SALDANHA RODRIGUES LTDA

ROD BR 463 KM 105,6, 00
ZONA RURAL - 79900-000
PONTA PORA - MS Fone/Fax:

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.004.016
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5020 0703 4264 8400 0204 5500 1000 0040 1617 1563 7788

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150200019980125 - 13/07/2020 16:20:16

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

CNPJ / CPF

01.328.535/0001-59

DATA DA EMISSÃO

11/07/2020

ENDEREÇO

RUA PICA PAU, 1211

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

86700-100

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

UF

PR

FONE / FAX

4332753105

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003
Venc.	10/08/2020	Venc.	25/08/2020	Venc.	09/09/2020
Valor	RS 7.464,94	Valor	RS 7.464,94	Valor	RS 7.467,18

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Calc. do ICMS	VALOR DO ICMS	Base de Calc. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
21.778,30	871,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.778,30
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	618,76	0,00	1.665,59	0,00	22.397,06

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

SALDANHA RODRIGUES TRANSPORTES LTDA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

19.010.348/0001-98

ENDEREÇO

RODOVIA BR-463, KM 105,6, S/N, PRIMEIRO ANDAR - B. ZONA RURA

MUNICÍPIO

PONTA PORA

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283942878

QUANTIDADE

203

ESPÉCIE

CAIXA

MARCA

SR

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

793,000

PESO LÍQUIDO

664,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
40003	AGULHA SR 0,45X13 Lote/Pecas: H420/0.00;	90183219	100	6102	UN	50.000,0000	0,0499	2.495,00	2.495,00	99,80	199,60	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: H479/0.00;	90183219	100	6102	UN	105.000,0000	0,0499	5.239,50	5.239,50	209,58	419,16	4,00	8,00
20000	SERINGA SR 20mL LUER SLIP Lote/Pecas: H458/0.00;	90183119	100	6102	UN	43.000,0000	0,3266	14.043,80	14.043,80	561,75		4,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: MERCADORIA COM ICMS REDUZIDO CONF. RESOLUCAO DO SF 13/2012. PLACA CARRETA: HRV2G50
Email do Destinatário: ruimorroni@hotmail.com, consultormed@consultormed.com.br
Valor Aproximado dos Tributos: R\$ 1.665,59

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE SALDANHA RODRIGUES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 29/05/2020 VALOR TOTAL: R\$ 142.943,28 DESTINATÁRIO: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP - RUA PICA PAU, 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

NF-e

Nº. 000.003.868
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SALDANHA RODRIGUES LTDA

ROD BR 463 KM 105,6, 00
ZONA RURAL - 79900-000
PONTA PORA - MS Fone/Fax:

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.003.868
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5020 0503 4264 8400 0204 5500 1000 0038 6810 8533 9986

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150200015240334 - 29/05/2020 16:10:02

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

CNPJ / CPF

01.328.535/0001-59

DATA DA EMISSÃO

29/05/2020

ENDEREÇO

RUA PICA PAU, 1211

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

86700-100

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

UF

FONE / FAX

PR

4332753105

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num. 001	Num. 002	Num. 003
Venc. 28/06/2020	Venc. 13/07/2020	Venc. 28/07/2020
Valor R\$ 47.642,99	Valor R\$ 47.643,00	Valor R\$ 47.657,29

CÁLCULO DO IMPOSTO

ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET	VALOR DO FCF	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
140.546,00	5.621,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.546,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COPINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	2.397,28	0,00	19.145,60	0,00	142.943,28

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
SALDANHA RODRIGUES TRANSPORTES LTDA	(0) Emitente				19.010.348/0001-98
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
RODOVIA BR-463, KM 105,6, S/N, PRIMEIRO ANDAR - B. ZONA RURA	PONTA PORA	MS	283942878		
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
2026	CAIXA	SR		5.919,000	4.794,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
03000	SERINGA SR 3mL LUER SLIP Lote/Pecas: H105/0.00;	90183119	100	6102	UN	150.000,0000	0,1022	15.330,00	15.330,00	613,20		4,00	
05001	SERINGA SR 5mL LUER SLIP Lote/Pecas: H248/0.00; H303/0.00;	90183119	100	6102	UN	300.000,0000	0,1190	35.700,00	35.700,00	1.428,00		4,00	
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: H352/0.00;	90183119	100	6102	UN	200.000,0000	0,2130	42.600,00	42.600,00	1.704,00		4,00	
20000	SERINGA SR 20mL LUER SLIP Lote/Pecas: H332/0.00;	90183119	100	6102	UN	50.000,0000	0,3390	16.950,00	16.950,00	678,00		4,00	
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: H321/0.00;	90183219	100	6102	UN	280.000,0000	0,0482	13.496,00	13.496,00	539,84	1.079,68	4,00	8,00
40009	AGULHA SR 0,8X30 Lote/Pecas: H243/0.00;	90183219	100	6102	UN	150.000,0000	0,0482	7.230,00	7.230,00	289,20	578,40	4,00	8,00
40007	AGULHA SR 0,7X30 Lote/Pecas: G550/0.00;	90183219	100	6102	UN	200.000,0000	0,0462	9.240,00	9.240,00	369,60	739,20	4,00	8,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: MERCADORIA COM ICMS REDUZIDO CONF. RESOLUCAO DO SF 13/2012. PLACA CARRETA:
MDT-8594 Email do Destinatário: ruimorroni@hotmail.com
Valor Aproximado dos Tributos : R\$ 19.145,60

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE SALDANHA RODRIGUES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 06/03/2021 VALOR TOTAL: R\$ 128.776,45 DESTINATÁRIO: CIRURGICA NOSSA SENHORA - RUA PAVAO, 540 JD BANDEIRANTE ARAPONGAS-PR

NF-e

Nº. 000.004.806
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

SALDANHA RODRIGUES LTDA

ROD BR 463 KM 105,6, 00
ZONA RURAL - 79900-000
PONTA PORA - MS Fone/Fax:

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.004.806
Série 001
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

5021 0303 4264 8400 0204 5500 1000 0048 0613 5788 8573

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

150210007312337 - 06/03/2021 14:21:20

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE MERC ADQUIR E RECEB DE TERCEIRO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

283812478

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.426.484/0002-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CIRURGICA NOSSA SENHORA

ENDEREÇO

RUA PAVAO, 540

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

CNPJ / CPF

24.586.988/0001-80

DATA DA EMISSÃO

06/03/2021

BAIRRO / DISTRITO

JD BANDEIRANTE

CEP

86703-250

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

06/03/2021

UF

FONE / FAX

PR

4332529947

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9076542900

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

14:21:17

FATURA / DUPLICATA

Num	001	Num	002	Num	003
Venc	05/04/2021	Venc	05/05/2021	Venc	04/06/2021
Valor	RS 42.921,19	Valor	RS 42.921,19	Valor	RS 42.934,07

CÁLCULO DO IMPOSTO

P	VL. CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS R.F.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
	125.971,45	5.038,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.971,45
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA	
0,00	0,00	0,00	0,00	2.805,00	0,00	18.799,16	0,00	128.776,45	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

SALDANHA RODRIGUES TRANSPORTES LTDA

ENDEREÇO

RODOVIA BR-463, KM 105,6, S/N, PRIMEIRO ANDAR - B. ZONA RURA

QUANTIDADE

1585

CAIXA

MARCA

SR

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CODIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

PONTA PORA

NUMERAÇÃO

4.689,000

PESO BRUTO

3.916,000

PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1107/0.00; 1149/0.00;	90183119	100	6102	UN	150.000,0000	0,2210	33.150,00	33.150,00	1.326,00		4,00	
03020	SERINGA SR 3mL LUER LOCK Lote/Pecas: 1117/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,1092	2.730,00	2.730,00	109,20		4,00	
10000	SERINGA SR 10mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1149/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,2320	5.800,00	5.800,00	232,00		4,00	
10010	SERINGA SR 10mL LUER LOCK Lote/Pecas: 1123/0.00;	90183119	100	6102	UN	100.000,0000	0,2210	22.100,00	22.100,00	884,00		4,00	
20010	SERINGA SR 20mL LUER LOCK Lote/Pecas: 113/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,3380	8.450,00	8.450,00	338,00		4,00	
40003	AGULHA SR 0,45X13 Lote/Pecas: 155/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40004	AGULHA SR 0,55X20 Lote/Pecas: 132/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40005	AGULHA SR 0,6X25 Lote/Pecas: 1112/0.00;	90183219	100	6102	UN	50.000,0000	0,0561	2.805,00	2.805,00	112,20	224,40	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: 149/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40004	AGULHA SR 0,55X20 Lote/Pecas: 132/0.00;	90183219	100	6102	UN	25.000,0000	0,0561	1.402,50	1.402,50	56,10	112,20	4,00	8,00
40008	AGULHA SR 0,8X25 Lote/Pecas: 149/0.00;	90183219	100	6102	UN	100.000,0000	0,0561	5.610,00	5.610,00	224,40	448,80	4,00	8,00
40007	AGULHA SR 0,7X30 Lote/Pecas: H931/0.00;	90183219	100	6102	UN	75.000,0000	0,0561	4.207,50	4.207,50	168,30	336,60	4,00	8,00
40009	AGULHA SR 0,8X30 Lote/Pecas: H826/0.00; H910/0.00;	90183219	100	6102	UN	75.000,0000	0,0561	4.207,50	4.207,50	168,30	336,60	4,00	8,00
60000	SERINGA SR 60mL LUER SLIP Lote/Pecas: H981/0.00;	90183119	100	6102	UN	500,0000	1,3919	695,95	695,95	27,84		4,00	
60000	SERINGA SR 60mL LUER SLIP Lote/Pecas: H981/0.00;	90183119	100	6102	UN	500,0000	1,3260	663,00	663,00	26,52		4,00	
20000	SERINGA SR 20mL LUER SLIP Lote/Pecas: 1126/0.00;	90183119	100	6102	UN	25.000,0000	0,3548	8.870,00	8.870,00	354,80		4,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LOCAL DE ENTREGA : 24586988000180-RUA PICA PAU, 1211 - CENTRO ARAPONGAS - PR

RESERVADO AO FISCO

Inf. Contribuinte: MERCADORIA COM ICMS REDUZIDO CONF. RESOLUCAO DO SF 13/2012. PLACA CARRETA:
HRV-2G50 - LACRES

325302.325305.325191 Email do Destinatário: cirrossasenha@hotmail.com,joao.cirrossasenha@hotmail.com,r

Valor Aproximado dos Tributos : R\$ 18.799,16

MEMORANDO INTERNO N º 131/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – EIRELI. ARP 89/2020.

Encaminho para o Parecer Jurídico a solicitação da Detentora da ARP nº 89/2020, a empresa **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA**, CNPJ nº 24.586.988/0001-80, às fls. 3.882/3.912, referente ao pedido de reequilíbrio econômico dos itens Nº 5 (agulha descartável, 13 x 4,5), Nº 12 (agulha hipodérmica, 25 x 8) e Nº 13 (agulha hipodérmica, 30 x 7)

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 06 julho de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em ____/____/2021

Setor Jurídico: _____

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 131/2021)

ORIGEM: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 05 - AGULHA DESCARTÁVEL, 13 X 4,5.; 12 - AGULHA HIPORDÉRMICA, 25 X 8, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E 13 - AGULHA HIPORDÉRMICA, 30 X 7, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL; ALTERNATIVAMENTE O SEU CANCELAMENTO.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 05** - AGULHA DESCARTÁVEL, 13 X 4,5; **12** - AGULHA HIPORDÉRMICA, 25 X 8, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E **13** - AGULHA HIPORDÉRMICA, 30 X 7, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, e alternativamente solicita o seu cancelamento, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI, sob a justificativa do aumento extraordinário e imprevisível dos produtos em razão da instabilidade do mercado e a influência da flutuação do câmbio na importação das matérias-primas em decorrência da pandemia, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 22/2020** e juntou documentos de fls. 3.904/ 3.912 (nota fiscal).

2. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos itens 05 - AGULHA



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

DESCARTÁVEL, 13 X 4,5; 12 - AGULHA HIPORDÉRMICA, 25 X 8, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E 13 - AGULHA HIPORDÉRMICA, 30 X 7, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, bem como os documentos nota fiscal (fls. 3.904/ 3.912).

3. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

6. Inicialmente faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 01 (um) ano**.

7. Deste modo há o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

8. Rememora-se que a pandemia do COVID-19, cujo surto da doença teve início em 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

9. Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica ante já estar instituído a época o cenário de crise. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

10. Assim a álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão pela qual a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

11. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158).

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

12. Não demonstra em seu pedido o nexo entre estas, demonstrando apenas que houve um aumento de preço e este impacta economicamente o adimplemento da ata, apenas junta notas fiscais e afirma que parte dos insumos são de origem asiática.

13. Trata-se de um risco intrínseco ao negócio, devendo estes ser precificados na decisão da participação da oferta pública exarada, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14. Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

15. Entretanto, está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

16. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a **inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços**. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também **reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços**, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de **reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema de registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

17. Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

18. Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assim como embasamento suficiente para a liberação de sua obrigação registrada em ata.

19. Não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre estas pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio. Também pelo fato de alguns itens já terem sido solicitado o seu reequilíbrio, o reitera e mantém o valor pedido anteriormente.

20. É necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o cancelamento da ata, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível;



ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar o cancelamento dos preços.

21. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, ser do considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

22. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

23. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

24. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega dos itens em que a empresa CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

25. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual dos itens em que a empresa CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 17 de agosto de 2021.

Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 149/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI - ARP nº 89/2020

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.925/3.933, que opinou pela manutenção do preço firmado em ata e pelo indeferimento de cancelamento dos itens **nº 5** - AGULHA DESCARTÁVEL, 13 X 4,5, **nº 12** - AGULHA HIPODÉRMICA, 25 X 8, e **nº 13** - AGULHA HIPODÉRMICA, 30 X 7.

Presidente Prudente, 27 de agosto de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020
Interessado: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI - ARP nº 89/2020

Trata-se de solicitação de análise do pedido de reequilíbrio econômico financeiro e, alternativamente, o cancelamento dos itens nº 5, 12 e 13, registrado na Ata de Registro de Preços nº 89/2020, alegando, em síntese, de que houve um aumento do preço do item em apreço sendo este fortuito e inopinado.

O Setor Jurídico às fls. 3.925/3.933, opinou pela manutenção do preço firmado em ata e pelo indeferimento do pedido de rescisão dos itens **nº 5 - AGULHA DESCARTÁVEL, 13 X 4,5, nº 12 - AGULHA HIPODÉRMICA, 25 X 8, e nº 13 - AGULHA HIPODÉRMICA, 30 X 7.**

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 3.925/3.933, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI**, possuidora do **CNPJ nº 24.586.988/0001-80**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 30 de agosto de 2021

CLÁUDIO DENNER MONTEIRO
Diretor Executivo Substituto - CIOP



DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento dos itens nº 5, 12 e 13 da ARP nº 89/2020. Pregão Eletrônico nº 22/2020. Interessada: **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI**, possuidora do **CNPJ nº 24.586.988/0001-80**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e cancelamento dos itens nº 5 - AGULHA DESCARTÁVEL, 13 X 4,5, nº 12 - AGULHA HIPODÉRMICA, 25 X 8, e nº 13 - AGULHA HIPODÉRMICA, 30 X 7, conforme fundamento acostado nos autos. Cláudio Denner Monteiro - Diretor Executivo Substituto do CIOP. Pres. Prudente, 30 de agosto de 2021.

